

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE – UNESC
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO – LINHA DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA EM
COMÉRCIO EXTERIOR**

RONALDO GONÇALVES JUNIOR

OS FATORES INFLUENCIADORES NA TAXA CAMBIAL DO BRASIL

CRICIÚMA

2016

RONALDO GONÇALVES JUNIOR

OS FATORES INFLUENCIADORES NA TAXA CAMBIAL DO BRASIL

Monografia apresentada para a obtenção do grau de Bacharel em Administração, no Curso de Administração Linha de Formação Específica em Comércio Exterior da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC.

Orientador: Prof. Jean Peterson Rezende

CRICIÚMA

2016

RONALDO GONÇALVES JUNIOR

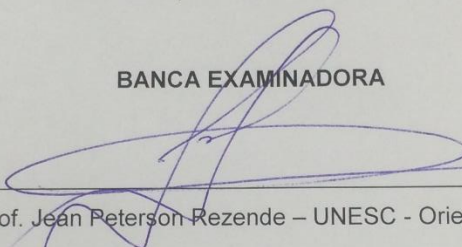
OS FATORES INFLUENCIADORES NA TAXA CAMBIAL DO BRASIL

Monografia apresentada para a obtenção do grau de Bacharel em Administração, no Curso de Administração Linha de Formação Específica em Comércio Exterior da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC.

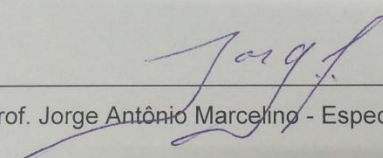
Orientador: Prof. Jean Peterson Rezende

Criciúma, 20 de Junho de 2016.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Jean Peterson Rezende – UNESC - Orientador



Prof. Jorge Antônio Marcelino - Especialista - UNESC

Prof. Wagner Blauth - Especialista - UNESC

CRICIÚMA

2016

DEDICATÓRIA

A minha querida esposa, pois o seu apoio e dedicação para comigo tornou essa caminhada muito mais fácil e agradável.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à Deus, que permitiu que tudo isso acontecesse não só em minha vida acadêmica, mas em todos os momentos que tem estado comigo.

A minha esposa, Nadia Vitório Paim Gonçalves, que desde o momento em que iniciei o curso tem me incentivado de todas formas possíveis para que esse sonho se realizasse, com toda a paciência, amor e compreensão.

Ao meu orientador, Jean Peterson Rezende, que neste pequeno espaço de tempo conseguiu realizar tanto, desde incentivos, correções e principalmente contribuindo com suas sábias ideias.

Por fim agradeço à coordenação do curso de Administração, por oferecer aos alunos as melhores condições de estudo possíveis, nos envolvendo em eventos direcionados à nossa área, como viagens, *workshops* e visitas de campo.

RESUMO

GONÇALVES JUNIOR, Ronaldo. **Os fatores influenciadores na taxa cambial do Brasil**. 2016. 52 páginas. Monografia do Curso de Administração – Linha de Formação Específica em Comércio Exterior, da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC.

As taxas cambiais brasileiras sofrem alterações cotidianamente, em razão dos mais diversos fatores motivacionais. Haja vista que tais aspectos influenciadores podem vir a serem tidos por agentes internos, os quais podem ser apresentados por razões políticas, bem como econômicas. Assim como os mais diversos coeficientes externos. Diante disso, o presente estudo teve como objetivo analisar os fatores influenciadores na taxa cambial no Brasil. Com relação à metodologia utilizada, o trabalho caracterizou como uma pesquisa descritiva quanto aos fins de investigação e pesquisa bibliográfica e fontes eletrônicas quanto aos meios de investigação. O estudo definiu-se por coleta de dados secundários, e a técnica de coleta quantitativa. A ferramenta utilizada para a coleta de dados foi por intermédio de uma pesquisa realizada via publicações oficiais do Banco Central referentes a taxa Ptax dos dias aferidos. A análise dos dados foi essencialmente quantitativa. Verificou-se que um dos principais agentes responsáveis pela variação cambial se dá em razão de fatores relacionados a atual crise política. Essa constante denota que a instabilidade governamental, bem como crimes administrativos, acordos, delações premiadas e investigações de operações que apuram grandes esquemas de lavagem e desvio de dinheiro público, tem influência direta na alteração das cotações brasileiras.

Palavras-chave: Taxas cambiais. Fatores influenciadores. Economia. Crise política.

LISTA DE ABREVIações

BC/Bacen – Banco Central do Brasil

HOE – Haveres e Obrigações no Exterior

PIB – Produto Interno Bruto

PIL – Produto Interno Líquido

PNB – Produto Nacional Bruto

PNL – Produto Nacional Líquido

RI – Renda Interna

RIB – Renda Interna Bruta

RIL – Renda Interna Líquida

RN – Renda Nacional

RNB – Renda Nacional Bruta

RNL – Renda Nacional Líquida

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Conta Produto Interno Bruto. (Unidades Produtoras)	18
Tabela 2 - Conta Renda Nacional Disponível Líquida. (Apropriação de renda)	18
Tabela 3 - Conta Transações Correntes com o Resto do Mundo	19
Tabela 4 - Conta de Capital	19
Tabela 5 - Síntese do delineamento da pesquisa.....	34
Tabela 6 - Variações cambiais no período de 01/03/2016 até 29/04/2016. (Valor em R\$ - Reais).....	36

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
1.1	SITUAÇÃO PROBLEMA	10
1.2	OBJETIVOS	11
1.2.1	Objetivo Geral	11
1.2.2	Objetivos Específicos	11
1.3	JUSTIFICATIVA	11
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	13
2.1	ASPECTOS ECONOMICOS	13
2.1.1	Macroeconomia: Agregados Econômicos e suas Inter-Relações..	15
2.1.2	Contabilidade Nacional	16
2.1.3	Sistema de Contas Nacionais do Brasil	17
2.1.4	A Renda	20
2.2	POLÍTICAS MONETÁRIAS	21
2.2.1	Moeda e Sua Evolução	22
2.2.2	Moedas Conversíveis	23
2.2.3	Inflação	25
2.3	POLÍTICA FISCAL.....	25
2.4	POLITICA CAMBIAL	26
2.4.1	Câmbio Nominal e Real	27
2.4.2	Regime Cambial	27
2.5	BALANÇO DE PAGAMENTOS	27
2.5.1	Transações Correntes	29
2.5.2	Movimentos de Capital	30
2.5.3	Erros e Omissões	30
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	32
3.1	DELINEAMENTO DA PESQUISA	32
3.2	DEFINIÇÃO DA ÁREA E/OU POPULAÇÃO-ALVO	33
3.3	PLANO DE COLETA DE DADOS.....	33
3.4	PLANO DE ANÁLISE DOS DADOS	33
4	ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA	35
4.1	OSCILAÇÕES CAMBIAIS	35
4.1.1	Dólar Americano	37
4.1.2	Euro	37

4.1.3	Libra Esterlina.....	37
4.2	AGENTES INFLUENCIADORES	37
4.3	ANÁLISE GERAL.....	38
5	CONCLUSÃO.....	41
	REFERÊNCIAS	43

1 INTRODUÇÃO

Vieira (2006) define cambio como: operações realizadas nesse mercado que englobam a compra e venda de moeda estrangeira, as operações em moeda nacional entre residentes, domiciliados ou com sede no país e residentes, domiciliados ou com sede no exterior.

De acordo com Peria (1986) câmbio tem um relacionamento muito estreito com o balanço de pagamentos; conseqüentemente, as medidas adotadas pelo Estado visando corrigir as distorções no balanço de pagamentos têm reflexos nas operações de câmbio e vice-versa.

Segundo Peria (1986) o valor externo está fortemente ligado, ou mesmo subordinado, ao valor interno. Por exemplo: uma inflação acelerada corrói o valor interno da moeda, afetando, por sua vez, seu valor externo, supervalorizando-a.

Mediante a todos esses assuntos mencionados, tem-se o desejo da elaboração deste projeto, que mencionará mais detalhadamente quais os influenciadores da taxa cambial e como podem ser geridos para que haja um equilíbrio econômico.

1.1 SITUAÇÃO PROBLEMA

Dentre os principais agentes que venham a interferir na taxa cambial, os déficits e superávits orçamentais, a inflação, o PIB (Produto Interno Bruto) e por meio de políticas monetárias governamentais.

Importações e exportações vem cada vez sendo mais comuns, devido ao seu nível complexidade estar diminuindo. A flutuação do dólar, utilizada como moeda internacional, é de grande impacto no custo efetivo total de uma operação, fator este, que pode influenciar grandemente na balança comercial de um país. Essa flutuação constante do dólar pode ser originada por muitas razões, mas a sua instabilidade pode afetar desde os preços nas prateleiras de supermercados bem como a economia de um país.

Assim então nasce o seguinte problema: **Quais os fatores influenciadores na taxa cambial do Brasil?**

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar os fatores influenciadores da taxa de câmbio de tal forma que tenha um equilíbrio econômico no país.

1.2.2 Objetivos Específicos

- a) Identificar quais os principais influenciadores da taxa cambial;
- b) Analisar as inter-relações destes fatores influenciadores com as diretrizes da política econômica do período;
- c) Descrever a relação da percepção dos riscos com as flutuações do câmbio.

1.3 JUSTIFICATIVA

Este trabalho busca analisar os fatores influenciadores da taxa de câmbio de tal forma que tenha um equilíbrio econômico no país.

Mediante ao cenário econômico torna-se necessário a diminuição dos efeitos desses agentes assim sendo necessário o entendimento de como essas flutuações cambiais ocorrem e logo considerar por quais meios essa variação ocorre e de que forma o governo as políticas econômicas do país controle esse aspecto.

A relevância deste estudo está tanto para os cidadãos brasileiros, governo bem como as indústrias que são os principais geradores de fomento para o Estado.

Essa desaceleração do consumo causa um recesso na produção logo há também um reajuste fiscal por parte do governo pelo fato de estar recebendo menos tributos das empresas logo que sua produção caiu.

Mediante a esta conjuntura é oportuno a realização deste estudo, pois tem-se enfrentado um momento onde as taxas cambiais estão cada vez mais altas e há a

necessidade de mantê-las estabilizadas para retornar a um crescente de importações e crescimento econômico.

Enfim, verifica-se que a realização do estudo se torna viável por haver acesso as informações sobre os assuntos que o trabalho ira dispor. Os custos gerais relacionados a pesquisa e desenvolvimento serão assumidos pelo realizador do projeto, e este, terá o tempo necessário para a realização do estudo com base no cronograma estabelecido pelo curso de administração da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este capítulo apresenta o referencial teórico da pesquisa. Demonstrando as definições bibliográficas de autores sobre câmbio, política monetária, balança de pagamentos.

2.1 ASPECTOS ECONOMICOS

O termo economia deriva da junção de duas palavras gregas, *óikos* (casa, lar) e *nómos* (leis, costumes, regras, administração), então conforme Mankiw (2001, p. 3) “A Palavra *economia* deriva do grego ‘aquele que administra o lar’. A princípio esta origem pode parecer estranha, mas, na verdade, lares e economias têm muito em comum.” Pois tanto na gestão da casa, quanto na gestão do Estado, a economia lida com processos de escolhas, pois os recursos disponíveis costumam serem escassos.

Então a economia segundo Troster e Mochón (2002, p. 4) “estuda a maneira como se administram os recursos escassos, com o objetivo de produzir bens e serviços e distribuí-los para seu consumo entre os membros da sociedade.”

A escassez então é o início dos problemas econômicos. Para Mankiw (2001) essa escassez significa que as sociedades como um todo não têm recursos necessários para produzir todos os bens que tanto anseiam possuir. Ademais as pessoas possuem desejos ilimitados, mas dispõe de recursos limitados.

Derivado desta escassez advém os processos de escolhas feitos pelas sociedades, como não tem existem recursos disponíveis para tudo que se deseja. Vasconcellos e Garcia (2004, p. 2) afirmam que isto é a principal questão do estudo da economia, “como alocar recursos produtivos limitados para satisfazer todas as necessidades da população.”. Outrossim, se o problema da escassez não existisse a economia não precisaria estudar temas como inflação, desenvolvimento econômico, desemprego, taxas de câmbio e juros, vulnerabilidades externas, dentre tantos outros temas considerados fundamentais para o saber econômico (VASCONCELLOS; GARCIA, 2004).

A produção de bens e serviços é também objeto de estudo da economia. Segundo Byrns e Stone (1996, p. 5) a produção “ocorre quando conhecimento ou

tecnologia são usados para aplicar energia nos materiais, de modo a torná-los mais valiosos. Para os referidos autores, (1996, p.5) “A tecnologia é a receita usada para combinar e transformar recursos, de modo que ocorra produção.”. Mas o problema relacionado a escassez também ocorre nos fatores de produção ou recursos produtivos, que foram convencionados pelos economistas como os fatores de produção: terra (todos os recursos naturais), trabalho (talentos físico e mental que as pessoas dispõem para produção), capital (meios para obtenção da produção) e conhecimento (capacidade de fazer com que utilizando os mesmos recursos aumente a produção). (BRYNS; STONE, 1996).

Desta forma, conforme Müller (2004) os problemas econômicos fundamentais estão centrados nas perguntas: **o quê** e **quanto** produzir, **como** produzir e **para quem** produzir? Complementando este assunto, segundo Vasconcellos e Garcia (2004, p. 3) a forma como “as sociedades resolvem os problemas econômicos fundamentais depende da forma de organização econômica do país, ou seja, do sistema econômico de cada nação.”.

Para Troster e Mochón (2002, p. 37) o sistema econômico é “o conjunto de relações técnicas, básicas e institucionais que caracterizam a organização econômica de uma sociedade.”. Já para Vasconcellos e Garcia (2004, p. 3) é a forma política, social e econômica que uma sociedade se organiza. “É um particular sistema de organização da produção, distribuição e consumo de todos os bens e serviços que as pessoas utilizam buscando uma melhoria no padrão de vida e bem-estar.”. Atualmente os sistemas econômicos podem ser classificados em: sistema capitalista e sistema socialista.

A economia também pode ser dividida em dois grandes grupos: a microeconomia e a macroeconomia. Conforme Bryns e Stone (1996, p. 18) a análise microeconômica “é o estudo da tomada de decisões individual, da alocação dos recursos e de como os preços relativos, a produção e a distribuição da renda são determinados.”. A microeconomia preocupa-se com os indivíduos. Já a análise macroeconômica “aborda extensamente variáveis agregadas da economia em geral, tais como indicadores da atividade econômica total.”. (BYRNS; STONE, 1996, p.17). A macroeconomia preocupa-se com a coletividade e suas inter-relações. Serão objeto deste estudo as variáveis macroeconômicas.

2.1.1 Macroeconomia: Agregados Econômicos e suas Inter-Relações

A macroeconomia ganhou notoriedade a partir de 1930, com o economista inglês John Maynard Keynes, que é considerado seu fundador (LUQUE; SCHOR, 2000). Conforme além (2010, p. 1), “Keynes propôs uma forma totalmente diferente de se analisar o sistema econômico. Como ponto de partida, houve a mudança de enfoque do objeto de análise: das decisões individuais e de mercados para os agregados.”.

Para Vasconcellos (2002, p. 189) a macroeconomia “trata da evolução da economia como um todo, analisando a determinação e o comportamento dos grandes agregados, como renda e produto nacionais, investimento, poupança e consumo agregados”, sendo que a macroeconomia se preocupa também ainda segundo Vasconcellos (2002, p. 189) com o “nível geral de preços, emprego e desemprego, estoque de moeda e taxas de juros, balanço de pagamentos e taxa de câmbio.”.

Conforme Luque e Schor (2000, p. 14), a Macroeconomia “enfoca a economia como se ela fosse constituída por cinco mercados: o mercado de bens e serviços, o mercado de trabalho, o mercado monetário, o mercado de títulos e o mercado cambial.”.

O mercado de bens e serviços preocupa-se com soma das riquezas produzidas em determinado período, conhecido como produto agregado, representando a produção dos bens e os preços destes produtos. O mercado de trabalho refere-se aos tipos de trabalhos agregados a economia, estuda o nível de emprego e a taxa salarial. O mercado monetário reflete as quantidades de moedas em circulação numa economia e sua taxa de juros. No mercado de títulos, que é uma extensão ou complementação do mercado monetário, estuda-se a emissão de títulos de dividas dos agentes econômicos deficitários, para serem adquiridos pelos agentes superavitários. O mercado cambial estuda a relação de um país com o resto do mundo, ocupando-se principalmente da conversibilidade das moedas, ou da chamada taxa cambial (LUQUE; SCHOR, 2000).

Para além (2010, p. 2) é importante o cálculo dos agregados para responder a questões como: “i) qual o volume total de produção da economia?; ii) quanto o total produzido em determinado país gera em termos de renda para os diferentes agentes econômicos?; iii) quanto se gasta em consumo e investimentos na economia (...).”.

Daí observa-se a importância dos agregados na economia.

Segundo Gremaud et all., (2000) existem várias maneiras de medir o desenvolvimento numa economia. A soma dos bens produzidos numa economia é uma das formas mais utilizada para medir o desempenho econômico de uma nação. “**Produto Agregado** é a soma de todos os bens e serviços finais produzidos na economia durante um determinado período de tempo” (GREMAUD ET ALL., 2000, p. 26).

É importante observar que no produto agregado, como não se pode somar produtos e serviços diferentes, estes devem ser calculados com base nos preços, ou seja, em unidades monetárias. Também se destaca a temporalidade da medição, que geralmente dura um ano civil. E só devem ser calculados os bens finais produzidos nesta economia, para não incorrer no erro das múltiplas contagens (STIGLITZ; WALSH, 2003). Então conforme Stiglitz e Walsh (2003, p. 91) “O valor monetário da produção final é denominado **produto interno bruto** ou **PIB**. (...) Valor monetário total de todos os bens e serviços finais produzidos dentro das fronteiras nacionais durante dado período (em geral, um ano).”

Outro conceito importante e de “**Renda Agregada** que representa a remuneração dos fatores de produção na economia. São os **salários** (remuneração trabalho), **juros** (capital monetário), **lucros** (risco incorrido pelo empresário) e **aluguéis** (capital físico).” (GREMAUD ET ALL., 2000, p. 27).

E para finalizar a composição dos agregados tem-se a **Despesa Agregada**, que representa as possíveis destinações do produto (GREMAUD ET ALL., 2000).

Quadro 1: Identidade macroeconômica básica.

Produto Agregado (valor da produção final)	=	Despesa Agregada (despesa com o produto)	=	Renda Agregada (salários + lucros + juros + aluguéis)
--	---	--	---	--

Fonte: Gremaud et all. (2000, p.28)

Na ótica da despesa ou demanda o “PIB é igual a consumo mais investimentos mais aquisições do governo mais as exportações menos importações.” (STIGLITZ; WALSH, 2003, p. 93).

2.1.2 Contabilidade Nacional

A contabilidade nacional é um instrumento que permite mensurar a totalidade das atividades econômicas. Segundo Vasconcellos (2002, p 202), a contabilidade nacional tem como intenção: “a) As contas procuram medir a produção corrente; b) As contas referem-se a um fluxo, normalmente de um ano; c) A moeda é neutra, no sentido de que é considerada apenas como unidade de medida e instrumento de troca.

2.1.3 Sistema de Contas Nacionais do Brasil

Cada sistema de contabilidade social de uma economia tem como missão realizar as medidas de desempenho macroeconômicos em um determinado período de tempo, ou seja, qual a produção de bens e serviços finais do país, qual o consumo agregado, qual o volume de investimento etc. (GREMAUD ET ALL., 2000)

De acordo com Gremaud et all., (2000) este sistema teve como criador Richard Stone, e é baseado em quatro contas:

- i. Conta Produto Interno Bruto (Produção).
- ii. Conta Renda Nacional Disponível Líquida (Apropriação).
- iii. Conta Transações Correntes com o Resto do Mundo.
- iv. Conta de Capital (Acumulação).

Conta Produto Interno Bruto

Esta conta apresenta em seu débito o pagamento das unidades produtivas aos fatores de produção, já em crédito o que as empresas (unidades produtivas) receberam dos agentes que adquiriram os bens e serviços. Assim tem-se um conceito formado de Produto Interno Bruto a preços de mercado e de Despesa Interna Bruta a preços de mercado (GREMAUD ET ALL., 2000).

Tabela 1 – Conta Produto Interno Bruto. (Unidades Produtoras)

Débito	Crédito
7. Salários 8. Excedente Operacional Bruto 9. Impostos Indiretos 10. (-) Subsídios	1. Consumo das Famílias (ou Consumo Pessoal) 2. Consumo do Governo 3. Investimentos em Bens de Capital (ou Formação Bruta de Capital Fixo) 4. Variação de Estoques 5. Exportações de bens e serviços não-fatores 6. (-) importações de bens e serviços não-fatores
Produto Interno Bruto a Preços de Mercado	Despesa Interna Bruta a Preços de Mercado

Fonte – Gremaud et all. (2000, p. 35).

Conta Renda Nacional Disponível Líquida

Essa conta mostra em seu débito como as famílias e o governo utilizam a renda recebida (destinada ao consumo ou à poupança), já em crédito, as rendas recebidas pelas famílias e pelo governo mais o resultado líquido dos recebimentos e transferências com o exterior (GREMAUD ET ALL., 2000).

Gremaud et all. (2000) aponta que a depreciação entra no crédito com sinal negativo. Sendo representado pelo gráfico a seguir.

Tabela 2 - Conta Renda Nacional Disponível Líquida. (Apropriação de renda)

Débito	Crédito
1. Consumo das Famílias 2. Consumo do Governo 14. Saldo: Poupança Interna	7. Salários 8. Excedente Operacional Bruto 9. Impostos Indiretos 10. (-) Subsídios 11. (-) Depreciação 12. (-) Renda Enviada ao Exterior 13. Renda Recebida do Exterior
Utilização da Renda Nacional Disponível Líquida	Apropriação da Renda Nacional Disponível Líquida

Fonte – Gremaud et. all. (2000, p. 35).

Conta Transações Correntes com o Resto do Mundo

Nessa partilha tem-se como débitos todos os gastos dos residentes com os bens e serviços fabricados internamente, ainda se soma os rendimentos e as transferências recebidas do restante do mundo e poupança externa. Já como crédito há a presença de compras feitas por residentes de bens e serviços produzidos no exterior e pagamentos e transferências pagas aos não moradores (GREMAUD ET ALL., 2000)

Tabela 3 - Conta Transações Correntes com o Resto do Mundo

Débito	Crédito
5. Exportações de bens e serviços não-fatores	6. Importações de Bens e Serviços não-fatores
13. Renda Recebida do Exterior	12. Renda Enviada ao Exterior
15. Saldo: Poupança Externa	
Utilização dos Recebimentos Correntes	Recebimentos Correntes

Fonte – Gremaud at. all. (2000, p. 36)

Conta de Capital

Gremaud at. all. (2000) ainda mencionam que esta conta tem como finalidade consolidar o sistema de contas, nela serão projetados os gastos com a formação de capital, incluindo a depreciação, mas com o sinal negativo. Já como crédito tem-se a fonte de fundos para os investimentos (poupança dos agentes econômicos assim indicando o saldo das contas anteriores).

Tabela 4 - Conta de Capital

Débito	Crédito
3. Investimento de Bens de Capital	14. Poupança Interna
4. Variação de Estoques	15. Poupança Externa
11. (-) Depreciação	
Total da Formação de Capital	Financiamento da Formação de Capital

Gremaud et all. (2000) após analisar como um todo o sistema de contas entende-se que cada lançamento funciona como o conceito da partilha dobrada, ou seja, cada lançamento em uma determinada conta terá uma contrapartida em outra conta.

2.1.4 A Renda

Para Pinheiro (1975) as pessoas participam da transformação de bens, recebem remuneração pelos serviços prestados, direta ou indiretamente. São, em geral, receitas em dinheiro. Denominam-se rendas. Partindo desse conceito entende-se que renda pode ser obtida de salários, aluguéis, juros e lucros recebidos pelas unidades familiares. De forma geral vê-se que as rendas são provenientes da troca da venda de serviços dos fatores da produção: capital e trabalho.

Assim diferentes tipos de rendas existem: Renda Interna, Renda Nacional, Renda Líquida Enviada ao Exterior entre outras.

Renda Interna

Caracteriza-se como a soma de todas as fontes de rendas geradas dentro dos limites territoriais do país averiguado, em um específico espaço de tempo, assim denominada renda interna. Representando em valor, verificamos as seguintes identidades:

O produto interno Bruto (PIB) é igual à Renda Interna Bruta (RIB), ou:

$$\text{PIB} = \text{RIB}$$

O Produto Interno Líquido (PIL) é igual à Renda Interna Líquida (RIL), ou:

$$\text{PIL} = \text{RIL}$$

Assim, o PIL é medido a custos de fatores igual à Renda Interna (RI):

$$\text{PIL (a custos de fatores)} = \text{RI (propriamente dita)}.$$

Tendo elucidado os seguintes conceitos de renda interna, é comum estimar renda interna de uma específica localidade, logo a renda gerada dentro dos limites territoriais dessa região (PINHEIRO, 1975).

Renda Nacional

De acordo com Pinheiro (1975) essa se caracteriza pelo somatório de todas as rendas, de propriedade de um país, auferidas pelos intervenientes, sendo diretos

ou indiretos, do processo produtivo em um distinto espaço tempo. Este representado em valor pode presumir as seguintes conclusões:

O Produto Nacional Bruto (PNB) é igual à Renda Nacional Bruta (RNB), ou:

$$\text{PNB} = \text{RNB}$$

O Produto Nacional Líquido (PNL) é igual à Renda Nacional Líquida (RNL), ou:

$$\text{PNL} = \text{RNL}$$

E, o Produto Nacional Líquido medido a custos de fatores é igual à Renda Nacional propriamente dita, ou:

$$\text{PNL (a custos de fatores)} = \text{RN (propriamente dita)}.$$

2.2 POLÍTICAS MONETÁRIAS

Sobre os objetivos e real função das políticas monetárias Hillbrecht (1999) assegura que é comum ver economistas defendendo que a condução deve ser realizada de maneira para que aumente o bem-estar dos indivíduos em um país. Logo, a política monetária, tem os seguintes objetivos: (i) estabilidade de preços, (ii) estabilidade da taxa de juros, (iii) estabilidade do sistema financeiro, (iv) elevado nível de emprego, (v) crescimento econômico e (vi) estabilidade do mercado **cambial**.

Estabilidade de preços. A inflação é a elevação dos preços, e esse acontecimento é reflexo de uma economia que depende do sistema de preços para sinalizar às pessoas a escassez relativa dos recursos, para que a alocação de recursos aconteça de maneira eficientes. Quando o preço de um produto sobe demais entende-se que ele está mais difícil de ser encontrado, oferta e demanda, logo transmite-se uma ideia de que falta esse produto no mercado, assim os produtores acabam produzindo mais, e ainda tem como fruto dessa falta de produtos a elevação dos preços, ocasionando um descompasso econômico. Fato esse bem comum até início do Plano Real 1995 (HILLBRECHT, 1999).

Estabilidade da taxa de juros. De igual forma que flutuações dos preços, as flutuações da taxa de juros repassam incertezas econômicas. Então o Bacen (Banco Central), por querer criar um ambiente propicio para poupanças e investimento e até mesmo pela pressão política, entende como um objetivo de política monetária (HILLBRECHT, 1999).

Estabilidade do sistema financeiro. Este é um dos principais objetivos do Bacen, contribuindo para a transferência eficiente dos recursos dos superavitários para as melhores opções de investimento. Com este conceito vê-se que essa estabilidade do sistema financeiro está ligada diretamente a taxa de juros, se os juros flutuam a estabilidade do sistema financeiro flutua também (HILLBRECHT, 1999).

Elevado nível de emprego. Consiste em uma das principais políticas monetárias do sistema atual, porém há um grande desconhecimento sobre. É objetivo de qualquer união que tenha um índice elevado de emprego, mas buscar uma taxa de desemprego igual a zero é um alvo impossível, como exemplo, o desemprego friccional, representa aqueles profissionais que saíram de seu emprego porque perceberam que tem melhores oportunidade de emprego, logo o desemprego aparece. Então a busca pelo equilíbrio da taxa natural de desemprego se faz necessária, taxa essa que mede a oferta e demanda de vagas.

Crescimento econômico. Quando há uma desaceleração na economia automaticamente o desemprego sobe, logo nota-se a ligação com o nível de emprego citado a cima. Se existe profissionais qualificados e empregados trabalhando as empresas investem em tecnologia e equipamentos para elevar seu nível produtivo assim acelerando a economia.

Estabilidade do mercado cambial. Agora o objeto principal de estudo, a estabilidade do mercado cambial. Em uma economia aberta e globalizada as oscilações nas taxas cambiais geram incertezas e exportadores e importadores, pois se torna difícil planejar atividades futuras. Quando temos uma valorização cambial vemos que a indústria nacional fica extremamente menos competitiva nos mercados internacionais, logo, com uma desvalorização cambial temos uma elevação dos produtos acabados e importados gerando assim uma elevação do nível doméstico dos preços.

2.2.1 Moeda e Sua Evolução

Lopes e Rossetti (2005) fazem menção que as primeiras atividades econômicas que envolviam trocas eram com os nômades, e estes não chegaram a vivenciar o padrão moeda, era denominado escambo, que seria o fato de trocar ou comprar algo sem utilizar uma moeda apenas pagando com outra coisa que fosse do seu interesse. Após um determinado período obteve-se a primeira revolução agrícola

nota-se uma progressão geométrica no aumento da fixação de alguns grupos em certos territórios. Então agora temos uma economia local muito mais complexa e novas funções territoriais, assim não mais a simples troca funcionaria.

Segundo Lopes e Rossetti (2005) este processo de divisão do trabalho provocou grandes mudanças na vida econômica. Em síntese, as mais relevantes, do ponto de vista de quem está interessado em identificar a origem da moeda, foram as seguintes:

- Maior complexidade econômica,
- Aumento os bens e serviços necessários para a satisfação humana,
- Dupla coincidência de desejos,
- A troca torna-se necessária para o desenvolvimento e sobrevivência.

Após já tem-se instituído, por diversas necessidades e fatores, uma moeda de pagamento e não mais o escambo, nota-se que com a entrada de uma moeda de pagamento, o conceito de poder de aquisição e reserva de valor também é instituído, já que uma pessoa detinha um bem que era utilizado para todos como uma moeda, assim ela possuía algo de valor para todos e não mais apenas para uma pessoa como acontecia no escambo (LOPES; ROSSETTI, 2005).

2.2.2 Moedas Conversíveis

Quando o sistema monetário compreende em um modelo onde o meio circulante é representado por notas pode-se ter três situações distintas; Sistema de moeda representativa ou conversibilidade total; Sistema de moeda de conversibilidade parcial e sistema de moeda inconversível (RATTI, 2006).

Sistema de Moeda Representativa ou de Conversibilidade Total

Neste modelo o valor das notas que estão em circulação é exatamente igual o valor das reservas do Tesouro que o Banco Central tem. Assim denomina-se cobertura 100%.

Por essas notas representarem o valor real que se possui nos cofres públicos, ela é facilmente convertida em metal precioso pois tem o mesmo valor.

Essas notas, conversíveis em ouro, ou qualquer metal que seja utilizado pelo sistema, forma o que se chama de moeda-papel (RATTI, 2006).

Sistema de Moeda de Conversibilidade Parcial

Ainda segundo Ratti (2006) o sistema citado acima apresenta uma garantia muito maior para quem detêm a posse das cédulas, pois a cobertura metálica era de 100%, já para o governo se torna um sistema de alta rigidez. Quando o valor de moedas emitidas chegasse a se equiparar com os metais o governo assim ficava impossibilitado e emitir mais moeda e assim expandir as suas atividades econômicas.

Foi examinado que todos os portadores das notas não solicitavam a conversão para metal ao mesmo tempo, assim pouco a pouco o governo começou a emitir mais notas além do que se havia em lastro metálico, surgindo sistema de moeda de conversibilidade parcial. Logo para evitar que governos extrapolassem os valores emitidos, a legislação determinava um percentual mínimo de reservas metálicas em relação ao meio circulante. Porcentagem essa que em geral era fixada de 25% até 40%, lei esta, nunca cumprida, a emissão era ditada conforme as suas conveniências (RATTI, 2006).

Faz menção Ratti (2006) embora a cobertura não seja de 100%, o portador ainda tem o direito de convertê-la em metal, assim ainda estando dentro de um sistema moeda-papel.

Sistema de Moeda Inconversível

Agora já não mais conversível em metal precioso, mesmo que haja reservas metálicas em poder do governo. Agora se denominam-se papel-moeda essas notas inconversíveis ao metal. Em momentos de guerras e outros conflitos os portadores das cédulas vinham fazer a conversão por metal, como o governo emitia mais moeda do que realmente tinha em lastros, ele acabou intervindo e suspendeu temporariamente a conversão, assim forçando o curso das notas. Porém, pouco a pouco, foi se tornando definitivo (RATTI, 2006).

Hoje não mais se vê um sistema monetário conversível. Todos os sistemas atuais são baseados em notas bancarias onde não há conversibilidade alguma. Os seus portadores já se acostumaram do seu uso, e que o valor dela prove da aceitação

do mercado. O uso do ouro agora se baseia apenas em pagamentos entre nações e alguns casos de comércio internacional (RATTI, 2006).

2.2.3 Inflação

A elevação sustentada no índice geral dos preços na economia, nível de preço, é caracterizada como inflação. A taxa de inflação é a taxa à qual o nível de preços aumenta. Quando temos uma inflação negativa, é que o nível de preços caiu, assim caracteriza-se a deflação (BLANCHARD, 2011).

“A questão prática é como definir o nível de preços. Os macroeconomistas geralmente examinam duas medidas do nível de preços, ou seja, dois *índices de preços*: o deflator do PIB e o índice de preços ao consumir” (BLANCHARD, 2011, p.25).

De uma forma mais clara podemos entender que a inflação é a taxa de variação dos preços, já a o nível de preços é composto pelo acumulo das inflações passadas (DORNBUSH; FISCHER; STARTZ, 2009).

O cálculo do PIB real nos revela uma medida conhecida como deflator do PIB. Essa medida é baseada na razão entre PIB nominal em dado ano e o PIB real do mesmo ano (DORNBUSH; FISCHER; STARTZ, 2009).

Após ser implementado o Plano Cruzado os economistas perceberam que algo estava acontecendo, pois mesmo que após a inflação alterada devido a um efeito de algum choque não voltava a ter os níveis anteriores, assim ficando em repouso até que outro choque ocorresse. Logo os economistas a definiram como Inflação Inercial, pois ela tende a ficar em inércia até que algo ou alguém a movimente (PAULANI; BRAGA, 2012).

Na Década de 1970 os Estados Unidos foi atingido duas vezes por um aumento do preço do petróleo. Esse aumento de custo que não são trabalhistas e nem de demanda fez com que o preço final do produto subisse, mesmo a economia estando estável, o índice de emprego igual e até mesmo a demanda se mantendo. Logo tem-se a Inflação de Custos (BLANCHARD, 2011).

2.3 POLÍTICA FISCAL

Para Silva (2008) a política fiscal é a atuação do governo em âmbito de arrecadação de impostos e aos gastos. Pensando de qual maneira a arrecadação de tributos vai impactar no desempenho da economia, ao privar os indivíduos da renda disponível que se destinara para o consumo ou investimentos.

Imagine que o governo decida reduzir o déficit orçamentário e faça isso através do aumento dos impostos, mas, mantém seus gastos sem modificações, ação essa conhecida como contração fiscal. Já quando tem-se uma diminuição dos impostos ou através dos aumentos dos gastos do governo, temos uma política de expansão fiscal (BLANCHARD, 2011).

De acordo com a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo receitas orçamentárias de uma nação podem ser provenientes de:

- Receitas Tributárias
- Receitas de Contribuições
- Receitas Patrimoniais
- Receitas Agropecuárias
- Receitas Industriais
- Receitas de Serviços
- Transferências Correntes
- Outras Receitas Correntes
- Operações de Crédito
- Alienação de Bens
- Amortizações de Empréstimos
- Transferências de Capital
- Outras Receitas de Capital

2.4 POLITICA CAMBIAL

Cada país possui sua moeda circulante, com valores diferentes, há a necessidade de um ponto de encontro dos compradores de moedas com os respectivos vendedores. Esse ponto de encontro é o Mercado Cambial (MAIA, 2013).

Os economistas, geralmente, atribuem ao câmbio a função de principal preço da economia, capaz de afetar todos os outros preços. O modelo cambial, as tendências da taxa de câmbio e o grau de controle do fluxo de capitais podem atrair

ou afastar investidores, facilitar ou dificultar o comércio exterior (GAROFALO FILHO, 2005).

A fixação de todas as diretrizes e normas em relação a política cambial é de inteira responsabilidade do Conselho Monetário Nacional, já que ela tem uma grande repercussão sobre a economia, assim não podendo ser livremente acertada pelas partes envolvidas (PERIA, 1986).

2.4.1 Câmbio Nominal e Real

Já definido que taxa de câmbio é o preço em uma moeda nacional de uma moeda externa, agora tem-se a diferença entre câmbio real e nominal.

Segundo Paulani e Braga (2012) a taxa de câmbio nominal é quando há diretamente a conversão da moeda. Se tem-se a taxa de Câmbio do Dólar Americano a R\$3,15, ou seja, é necessário R\$3,15 para comprar US\$1,00. Já a taxa de câmbio real, forma essa tida como mais correta no mercado de negócios e empresariais, leva em consideração os seguintes fatores:

$$\text{Taxa de Câmbio Real} = \text{Taxa de Câmbio Nominal} \times \left(\frac{\text{Índice de Preços no País Estrangeiro}}{\text{Índice de Preços no Mercado Nacional}} \right)$$

2.4.2 Regime Cambial

“No regime de câmbio flutuante, a taxa de câmbio oscila livremente para garantir o equilíbrio do mercado, isto é, o equilíbrio entre a oferta e demanda por moeda estrangeira” (PAULANI; BRAGA, 2012, p.199).

Ainda segundo Paulani e Braga (2012) o regime de câmbio fixo é regido pelo Banco Central, nele a instituição tem o dever de ser o vendedor, assim tendo que ter reservas suficientes para qualquer tipo ou quantidade de troca.

O regime misto tem como característica a atuação de ambos, seja o Banco Central bem como pelo estímulo da oferta e demanda do mercado, porém agora dentro de um limite pré-estabelecido pelo Banco Central (PAULANI; BRAGA, 2012).

2.5 BALANÇO DE PAGAMENTOS

Segundo Vasconcellos e Garcia (2004) a estrutura do balanço de pagamentos é a contabilização financeira de todas as transações realizadas entre residentes de determinado país com os residentes dos outros países. Assim é registrado todo tipo de transação advinda de importação e exportação, empréstimos obtidos do exterior, seguros e fretes. Em geral todo tipo de serviço, troca de bens físicos e financeiros entre países.

Seguindo as normas da contabilidade geral, assim utilizando o método das partidas dobradas, a única exceção é no que se refere as transações externas pois não existe conta Caixa, logo utilizasse uma conta que se intitula por Haveres e Obrigações no Exterior (HOE) (VASCONCELLOS, GARCIA; 2004).

Exportações à vista:

C – Exportações

D – HOE

Fretes pagos:

C – HOE

D – Fretes

Ainda de acordo com Vasconcellos e Garcia (2004) os balanços têm as seguintes subdivisões:

- Balança comercial;
- Balanço de serviços;
- Transferências unilaterais;
- Balanço de transações correntes;
- Movimento de capitais ou balanço de capitais.

Para Rossetti (2002) a estrutura do balanço de pagamentos é definida pela natureza das transações, que se agrupam em duas principais; **Transações correntes** e os **movimentos de capital**. As transações correntes são integradas pelos fluxos reais de comércio e serviços e transferências interagentes. Já os movimentos de capital agrupam as entradas e saídas financeiras que ocorrem por investimentos, aplicações, empréstimos, amortizações e dividendos.

2.5.1 Transações Correntes

Para Rossetti (2002) as transações correntes são formadas pelos seguintes itens:

1. Balança comercial
 - Exportações de mercadorias
 - Importações de mercadorias
2. Balança de serviços
 - Viagens internacionais
 - Transportes
 - Seguros
 - Rendas de capitais
 - Serviços governamentais
 - Outros serviços
3. Transferências unilaterais

Balança comercial – O resultado líquido das exportações e importações de mercadorias, forma o valor, superavitário ou deficitário da balança comercial. Esta é a única categoria do balanço em que vemos um bem físico sendo movimentado entre fronteiras (ROSSETTI, 2002).

Balança de serviços – As receitas e despesas cambiais geradas em seis categorias de transações formam esse resultado. Viagens internacionais, a primeira, é o saldo de todo gasto feito por residentes no exterior e de gastos feitos dentro do país por estrangeiros. No transporte calcula-se o gasto de residentes com a utilização de equipamentos estrangeiros assim como de não estrangeiros com equipamentos nacionais. Já os seguros além de estar diretamente relacionado aos seguros de movimentações de pessoas e cargas, também contabiliza os valores dos repasses de empresas internacionais para residentes e não residentes para empresas locais. A quarta, e de maior peso dentro da balança de serviços. Aqui é contabilizado toda remessa de juros e lucros emitidos para o exterior ou recebidas do exterior. Os serviços governamentais, quinta categoria, são representados pelos efetivos militares no exterior, representações diplomáticas e contribuições para fundos e organizações

multilaterais. Na última categoria, temos os saldos líquidos de um conjunto de transações que vão desde pagamentos na área de telecomunicações, até direitos autorais e de patentes industriais (ROSSETTI, 2002).

Transferências unilaterais – também chamadas de transferências não-retribuídas, é o resultado líquido apresentado da soma das doações de fontes privadas, de governos ou de instituições multilaterais sem que haja uma contrapartida imediata ou futura (ROSSETTI,2002).

Balanco de transações correntes – O somatório dos balanços comerciais, serviços e transferências unilaterais, se esse resultado for positivo tem-se que o Brasil enviou mais bens e serviços para o exterior do que recebeu, criando assim uma poupança externa negativa. Caso o resultado seja negativo, ocasionaria um recebimento maior que o envio, criando uma poupança positiva (VASCONCELLOS; GARCIA, 2004).

2.5.2 Movimentos de Capital

Ainda segundo Rossetti (2002) os movimentos de capital são compostos por:

1. Investimentos e reinvestimentos
2. Empréstimos e financiamento de longo prazo
3. Empréstimos e financiamentos de curto prazo
4. Outros movimentos de capital
5. Amortizações

2.5.3 Erros e Omissões

Consoante ao Banco Central do Brasil (2002) durante os lançamentos em um balanço de pagamentos há lançamentos de crédito e débito, cujo valor total deveria ser igual a zero, porém, na prática sempre ocorre erros devido as discrepâncias temporais das fontes. Logo torna-se necessário um lançamento para que o balanço volte a ficar em equilíbrio e conseqüentemente se igualar a zero.

Em suma, os movimentos de capital podem ser divididos em três categorias: os movimentos autônomos de risco; os financiamentos concedidos por bancos e fornecedores estrangeiros para transações correntes e empréstimos de curto e longo prazo. No índice de erros e omissões tem-se as discrepâncias entre fluxos de entrada e saída, assim também, variações nos estoques cambiais do país (ROSSETTI, 2002).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente trabalho denota neste capítulo os procedimentos metodológicos da pesquisa realizada, que se fazem necessárias para atingir os objetivos propostos pelo pesquisador. Primeiramente irá demonstrar o delineamento desta pesquisa, em seguida, descreve-se a população alvo, os procedimentos utilizados para a coleta e análise dos dados, cronograma e orçamento.

É neste momento que dará o início da pesquisa em si, com maiores detalhes e definindo qual o mais adequado tipo de pesquisa (MARTINS, 2008).

Ainda segundo Martins (2008) o autor nesse capítulo deve demonstrar qual o tipo de investigação discorrerá e ainda poderá ser enriquecida por detalhes práticos como o tipo de tratamento que esses dados receberão.

3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

Como meio de investigação será utilizada a pesquisa de descritiva. Os estudos descritivos podem ser criticados porque pode existir uma descrição exata dos fenômenos e dos fatos. Estes fogem da possibilidade de verificação através da observação. Ainda para o autor, às vezes não existe por parte do investigador um exame crítico das informações, e os resultados podem ser equivocados; e as técnicas de coleta de dados, como questionários, escalas e entrevistas, podem ser subjetivas, apenas quantificáveis, gerando imprecisão (TRIVIÑOS, 1987).

Não há a interferência do pesquisador, ou seja, apenas descobre qual será o objeto de pesquisa, descreve-o e estuda suas características e conexões com outros acontecimentos, sem ser modificado (BARROS E LEHFELD, 2000).

Mediante e isso justifica-se a escolha da pesquisa descritiva, assim para cumprir o objetivo do estudo que é analisar quais os fatores influenciadores na taxa cambial no Brasil e posteriormente propor melhorias.

Foi realizado também como modos de investigações para esta pesquisa os estudos bibliográficos para um maior embasamento.

3.2 DEFINIÇÃO DA ÁREA E/OU POPULAÇÃO-ALVO

A área de estudo que foi levada em consideração é o sistema financeiro nacional e seus derivativos, que assim acabam interferindo e influenciando a taxa cambial brasileira. Para tanto houve a utilização de apenas material bibliográfico de forma a afirmar os dados e suas veracidades

A pesquisa leva em consideração o período das análises entre março de dois mil e dezesseis até final de abril de dois mil e dezesseis.

3.3 PLANO DE COLETA DE DADOS

Neste momento é identificado qual será o melhor modo para estar coletando os dados que serão mais tarde utilizados para a pesquisa. Essa escolha então utilizada na hora em que a coleta de dados será realizada dará o embasamento para o trabalho (MARTINS, 2008).

O plano de coleta de dados utilizado na pesquisa se classificam em dados primários e secundários.

As obras ou textos originais, ou seja, conteúdo que retirado diretamente sem que haja uma interpretação ou modificação do conteúdo são denominadas de fontes primárias, que mais tarde a partir do seu entendimento acabam gerando outros tipos de fontes (ANDRADE, 2001).

As fontes secundárias são formadas pela leitura de fontes primárias e constituindo em fontes das pesquisas (ANDRADE, 2001).

3.4 PLANO DE ANÁLISE DOS DADOS

A abordagem utilizada durante a pesquisa é quantitativa. Segundo Boaventura (2004) a pesquisa quantitativa independente se na coleta de dados bem como no tratamento dos dados estatísticos, média, mediana, percentagem.

A pesquisa quantitativa realiza a coleta de dados e a estuda para avaliar as hipóteses já estabelecidas utilizando uma medição numérica assim para fazer a contagem e obter a sua estatística (SAMPIERI; COLLADO; LÚCIO, 2006).

Tabela 5 - Síntese do delineamento da pesquisa

Objetivos específicos	Tipo de pesquisa quanto aos fins	Meios de investigação	Classificação dos dados da pesquisa	Técnica de coleta de dados	Procedimentos de coleta de dados	Técnica de análise dos dados
Conhecer os fatores influenciadores na taxa cambial	Descritiva	Bibliográfica	Secundária	Livros, bases de dados, sites oficiais	Levantamento de conteúdo	Quantitativa
Analisar qual efeito desses agentes	Descritiva	Bibliográfica	Secundária	Análise de dados, livros, sites oficiais	Levantamento dos dados da pesquisa dos fatores influenciadores	Quantitativa
Apresentar as possíveis oportunidades de melhorias	Descritiva	Bibliográfica	Primário / Secundário	Análise de conteúdos bibliográficos e dados obtidos na pesquisa	Apresentação de um plano de ação	Quantitativa

Fonte: Elaborado pelo autor (2015)

4 ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA

Este capítulo apresenta os resultados obtidos por meio de pesquisa realizada sobre as variações cambiais que compreendem o período tempo entre 01 de março de 2016 até dia 29 de abril de 2016, e seus respectivos agentes influenciadores. A pesquisa ocorreu por meio de sites governamentais bem como sites de instituições privadas que acompanham diariamente as oscilações cambiais. As moedas utilizadas para fazer o estudo foram, dólar americano, euro e a libra esterlina.

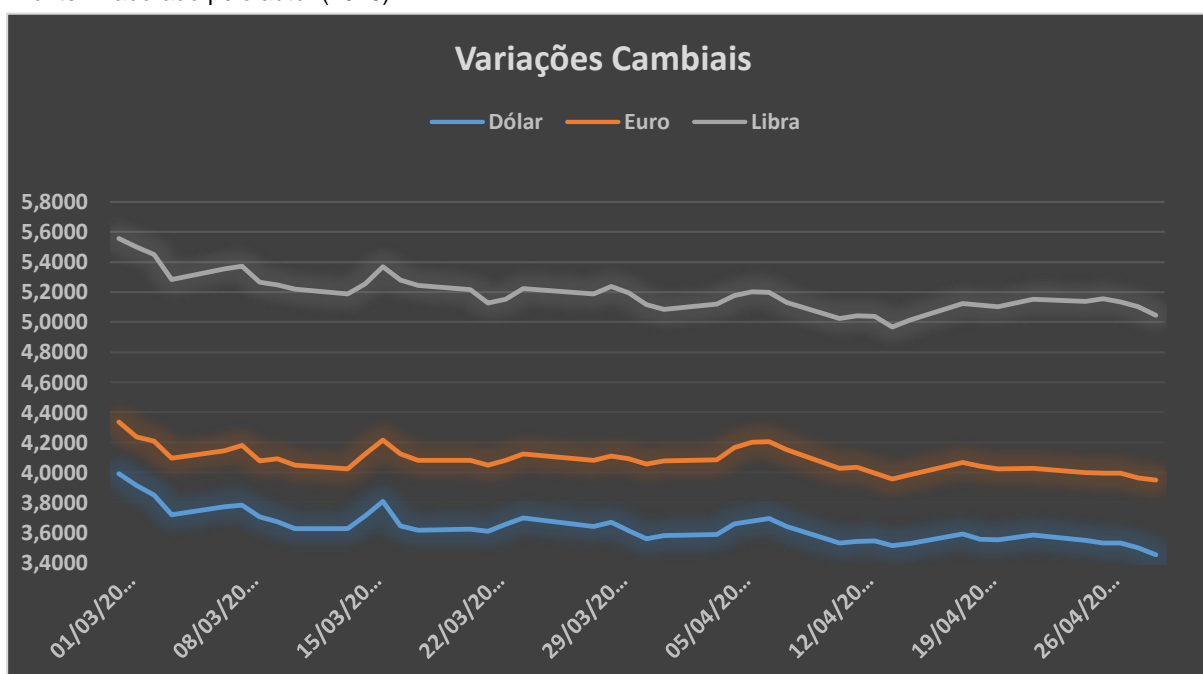
Durante o período analisado de dois meses as moedas sofreram variações consideráveis, e levando em consideração os objetivos específicos da pesquisa, decorresse agora a análise dos fatores influenciadores dessa variação cambial.

4.1 OSCILAÇÕES CAMBIAIS

Os valores de taxas cambiais aqui apresentadas, são as divulgadas pelo Banco Central do Brasil através da taxa Ptax de compra, que é a média aritmética das taxas de compras utilizadas no mercado no dia.

Gráfico 1 – Variações cambiais no período de 01/03/2016 até 29/04/2016. (Valor em R\$ - Reais)

Fonte: Elaborado pelo autor (2016)



Como visto no gráfico 1, as oscilações ocorreram tanto para valorização quanto desvalorização da moeda, mas ao analisarmos como um todo a variação se mostra negativa, e de grandes proporções.

Tabela 6 - Variações cambiais no período de 01/03/2016 até 29/04/2016. (Valor em R\$ - Reais)

Data	Dólar	Variação	Euro	Variação	Libra	Variação
01/03/2016	3,9907		4,3339		5,5563	
02/03/2016	3,9110	-2,00%	4,234	-2,31%	5,4993	-1,03%
03/03/2016	3,8498	-1,56%	4,2078	-0,62%	5,4494	-0,91%
04/03/2016	3,7182	-3,42%	4,0926	-2,74%	5,285	-3,02%
07/03/2016	3,7708	1,41%	4,1415	1,19%	5,3557	1,34%
08/03/2016	3,7807	0,26%	4,1803	0,94%	5,372	0,30%
09/03/2016	3,7031	-2,05%	4,0753	-2,51%	5,2658	-1,98%
10/03/2016	3,6694	-0,91%	4,0899	0,36%	5,2487	-0,32%
11/03/2016	3,6265	-1,17%	4,0457	-1,08%	5,2193	-0,56%
14/03/2016	3,6232	-0,09%	4,0239	-0,54%	5,1884	-0,59%
15/03/2016	3,7110	2,42%	4,1233	2,47%	5,2563	1,31%
16/03/2016	3,8073	2,59%	4,2158	2,24%	5,3683	2,13%
17/03/2016	3,6439	-4,29%	4,1227	-2,21%	5,2789	-1,67%
18/03/2016	3,6140	-0,82%	4,0806	-1,02%	5,2446	-0,65%
21/03/2016	3,6223	0,23%	4,078	-0,06%	5,2154	-0,56%
22/03/2016	3,6067	-0,43%	4,0485	-0,72%	5,1273	-1,69%
23/03/2016	3,6525	1,27%	4,0809	0,80%	5,1533	0,51%
24/03/2016	3,6942	1,14%	4,1231	1,03%	5,2243	1,38%
28/03/2016	3,6401	-1,46%	4,0795	-1,06%	5,1857	-0,74%
29/03/2016	3,6681	0,77%	4,1086	0,71%	5,2369	0,99%
30/03/2016	3,6110	-1,56%	4,0905	-0,44%	5,1955	-0,79%
31/03/2016	3,5583	-1,46%	4,0529	-0,92%	5,1154	-1,54%
01/04/2016	3,5793	0,59%	4,0743	0,53%	5,083	-0,63%
04/04/2016	3,5865	0,20%	4,0832	0,22%	5,1194	0,72%
05/04/2016	3,6575	1,98%	4,163	1,95%	5,1776	1,14%
06/04/2016	3,6743	0,46%	4,1986	0,86%	5,2024	0,48%
07/04/2016	3,6915	0,47%	4,2024	0,09%	5,1976	-0,09%
08/04/2016	3,6379	-1,45%	4,1487	-1,28%	5,1298	-1,30%
11/04/2016	3,5278	-3,03%	4,0249	-2,98%	5,0225	-2,09%
12/04/2016	3,5400	0,35%	4,0335	0,21%	5,0413	0,37%
13/04/2016	3,5423	0,06%	3,9954	-0,94%	5,0368	-0,09%
14/04/2016	3,5120	-0,86%	3,9556	-1,00%	4,9684	-1,36%
15/04/2016	3,5270	0,43%	3,983	0,69%	5,0136	0,91%
18/04/2016	3,5898	1,78%	4,064	2,03%	5,1234	2,19%
19/04/2016	3,5532	-1,02%	4,0411	-0,56%	5,1141	-0,18%
20/04/2016	3,5497	-0,10%	4,0211	-0,49%	5,1016	-0,24%
22/04/2016	3,5823	0,92%	4,0254	0,11%	5,1531	1,01%
25/04/2016	3,5466	-1,00%	3,9977	-0,69%	5,1390	-0,27%
26/04/2016	3,5294	-0,48%	3,9946	-0,08%	5,1561	0,33%
27/04/2016	3,5289	-0,01%	3,9954	0,02%	5,1356	-0,40%
28/04/2016	3,4986	-0,86%	3,9615	-0,85%	5,1010	-0,67%
29/04/2016	3,4502	-1,38%	3,9470	-0,37%	5,0452	-1,09%
		-13,54%		-8,93%		-9,20%

Fonte: Elaborado pelo autor (2016)

4.1.1 Dólar Americano

O dólar americano inicia o mês de março sendo cotado a R\$3,9997 e chega a sofrer oscilações de até (4,29%) em um único dia. Já no fechamento do estudo, dia 29/04/2016 tem-se a moeda sendo cotada a R\$3,4502 assim atingindo (13,54%) de desvalorização em relação a cotação do dia 01/03/2016.

4.1.2 Euro

O euro, moeda oficial da comunidade Européia, teve como cotação inicial no dia 01/03/2016 R\$4,3339 e teve sua maior desvalorização num único dia 11/04/2016 chegando a ser cotada por R\$4,0249. No término do período compreendido a moeda era cotada a R\$3,9470 acumulando uma desvalorização de aproximadamente (8,93%) se comparada com o seu valor no dia 01/03/2016.

4.1.3 Libra Esterlina

Por último a libra esterlina, moeda oficial do Reino Unido, considerada a moeda mais forte e estável no sistema financeiro internacional. No início do estudo verificava-se que a sua cotação atingia a marca dos R\$5,5563, mas a moeda sofreu variações que alcançaram a marca dos (3,02%) para sua desvalorização, assim sendo cotada a R\$5,2850. No final do estudo, a moeda é cotada a R\$5,0452, logo, tendo uma desvalorização total de (9,2%) em relação ao período de início das pesquisas.

4.2 AGENTES INFLUENCIADORES

Como visto no tópico anterior, a variação cambial da moeda é diária e continua. Neste tópico é mostrado os fatores que ocasionaram variações durante a pesquisa. Esses agentes podem ser tanto internos ou externos, os quais geralmente se resumem em políticos, econômicos e/ou financeiros.

4.3 ANÁLISE GERAL

Na primeira semana de março de 01 de março a 04 de março, a variação cambial foi influenciada primeiramente pela recuperação do mercado chinês, que como locomotiva da economia mundial, aquece os mercados emergentes, pela alta demanda de commodities, ajudando na entrada de moedas estrangeiras via exportações afirmou o economista e professor do Insper Otto Nogami. O Banco Central do Brasil manteve a taxa Selic em 14,25%, favorecendo a entrada de moedas estrangeiras para investimentos no mercado especulativo afirma Glauber Romano, coordenador de câmbio da corretora Intercam. A divulgação do PIB de 2015, que recuou -3,8%, gerou pessimismo na economia nacional, mas aliado as instabilidades políticas e as fortes possibilidades de a Presidente Dilma não concluir o mandato, fez que na semana o dólar inicia-se a R\$ 3,9907 e encerrasse a semana a R\$ 3,7708, com variação negativa de 5,51%.

A segunda semana de março se inicia com forte elevação do Ibovespa, fazendo com que aja entrada de recursos estrangeiros, com investidores externos vendendo moeda estrangeira para comprar ativos no mercado nacional. A semana também foi marcada por instabilidade no preço do petróleo que sobe fortemente em um dia e cai drasticamente em outro. Aliado ao acirramento político, e mesmo com as fortes intervenções do Banco Central do Brasil com operações de leilão de venda de US\$ 2 bilhões com compromisso de recompra, assim aumentando a circulação de moedas para segurar a cotação das moedas na deram resultados e dólar encerrou a semana a R\$ 3.6265 com redução de -3.82677. Principalmente aliado ao fato da captação de recursos pelo governo no mercado externo pela primeira vez deste a redução da nota do Brasil pelas agências de classificação de riscos.

O governo Dilma inicia a terceira semana de março com o barulho das ruas no domingo, onde ocorreu a maior manifestação contra o Governo Federal. Começam os rumores de que o ex-presidente Lula possa integrar o governo e o mercado começa a apostar na queda do presidente do Banco Central Alexandre Tomba motivo esse afirmado e conhecido como crise de confiança pelo vice-presidente da Moody's, Mauro Leos. Mas o principal influenciador da semana foi a perspectiva na terça-feira dia 15.03 do FED (Federal Reserve) banco central americano de aumentar as taxas de juros básicos da economia, fazendo com que a moeda oscilasse em dois dias mais de 5% devido ao aumento taxa básica de juros americana o interesse por aplicações

e investimentos se tornam mais lucrativas e seguras segundo a Moody's, agência de classificação de risco. Mas na quinta-feira, o Federal Reserve, confirmou que talvez não mexa nos juros este ano, fazendo com que o Ibovespa tivesse forte alta. Os juros baixos no mercado americano significam que o mercado especulativo busque taxas de retornos mais atrativos para suas aplicações e em um único dia 17.03, a taxa recuou -4,29%. Estes fatores, aliado as constantes atrapalhadas do governo, e a apostado do mercado que a economia tem melhores chances de recuperação sob nova direção, fez que o dólar encerrasse a semana praticamente estável (na comparação semanal) em -0,344% cotado a R\$ 3,6140.

Na quarta semana de março, o Banco Central do Brasil mostra suas credenciais por meio de uma operação que não era usada há três anos. O BC fez leilão de swaps cambias reversos, contratos de compra futura de dólares em um valor total de US\$ 272,7 milhões, intervindo no mercado para que as taxas não caiam demais. Os rumores de pelo menos haver duas altas de juros de 0,25% no mercado americano e sentido no câmbio, mas com o anuncio da Janet Yellen, presidente do FED, de que os Estados Unidos da América devem ter calma com o aumento de juros, uma vez que a economia ainda esteja frágil, acalmou os mercados. Mesmo assim a curta semana termina com variação positiva de 2.219% encerrando a R\$ 3.6942.

Na semana de transição do mês de março para o mês de abril pouco aconteceu. A instabilidade política deixando o mercado em alerta, o Banco Central do Brasil tentando puxar para cima a cotação da moeda encerrou com o mercado apostando contra o governo da Presidente Dilma, alegando que se ela sair será melhor para economia, fez com que recuasse na semana 3,11% a R\$ 3.5793.

Na primeira semana cheia de abril, o mercado começa a ver certa recuperação do governo, e alguns acreditam que se a Presidente Dilma cair, o mercado já está precificado, e nos quatro primeiros dias a moeda estrangeira sobe mais de 2%. E o mercado encerrou a semana com oscilação positiva de 1.637% a R\$ 3.6379, fator esse já mencionado por Mauro Leos, vice-presidente da Moody's como crise de confiança e especulação financeira.

Na semana entre os dias 11 a 15 de abril o assunto foi a votação na Câmara dos Deputados, e o processo de impeachment da presidente Dilma. O mercado externo girou em torno do petróleo e da reunião dos produtores de petróleo que poderia decidir sobre a redução da produção para aumentar preço. A semana

encerrou com variação negativa de -3,048% a R\$ 3.527 afirma a Reuters o Diretor Superintendente da Correparti – Corretora de Câmbio LTDA. Jefferson Luiz Rugik.

Na penúltima semana de análise, mercado torna-se comprado para nivelar as posições de cambio que estavam vendidas para aproveitar a baixa da moeda e realizar os lucros cambias do período, que desde o início do ano caiu 10,74%. O mercado começa também a esperar pelo possível ministério de Temer, caso o processo tenha sequência no senado. A semana encerra com a taxa em 3.5823 com alta de 1,5679%.

Na última semana, o mercado aposta em Meirelles como ministro de Temer, o Banco Central do Brasil mantém as taxas básicas de juros, e para de intervir no mercado. E o dólar encerra a semana a R\$ 3.4502 com variação negativa de -3,6875%.

Para finalizar durante todo o período pesquisado a variação foi negativa, iniciado no dia 01.03 a R\$ 3.9907 e encerando a R\$ 3.4502, ou seja, -13,544%.

5 CONCLUSÃO

A flutuação efetiva sob o dólar tem defluência direta na balança comercial de um país. Essas variações cambiais advêm de diversos fatores internos e externos, e são graças as quais que a população sofre com essa interferência de maneira direta. Em razão disso, se faz possível observar tal ação do ponto de vista do consumidor ao realizar compras de itens encontrados nos supermercados.

Dessa forma, o trabalho procurou identificar por quais motivações são afligidas as taxas cambiais brasileiras. O objetivo geral do estudo buscou analisar os atuais fatores que provocam essa oscilação, afim de que tenha um equilíbrio econômico no país. Analisando o primeiro objetivo específico do estudo, que foi identificar quais são os principais agentes atuantes nas alterações cambiais, verificou-se que se faz necessário a redução dos efeitos dessas constantes, já que tais repercussões são sofridas também por empresas, as quais importam mercadorias, afim de dar seguimento a sua produção.

Confirmou-se que existem uma abundância de agentes externos que ocasionam as alterações supracitadas, entretanto é provado que se preponderam fatores internos, mais especificamente ligados a fatores políticos, a julgar pelos dados coletados.

Outro fator constante, foi de que tais prejuízos ocasionados atingem não só o crescimento econômico, mas também causando a instabilidade de preços, bem como da taxa de juros e do sistema financeiro. Tendo em conta que esses estão diretamente ligados, considerando o atrelamento desses a prática de políticas monetárias.

Com relação ao segundo objetivo específico, o de elucidar a relação da compreensão dos riscos com as variações do câmbio. Verificou-se que as oscilações provenientes de fatores internos denotam grandes riscos envolvendo a economia brasileira. Considerando que os problemas governamentais, afligem os investidores externos, o que conseqüentemente gera um aumento nas taxas cambiais, o que acarreta grandes frustrações em empresas brasileiras que fazem uso do mecanismo de importação e exportação.

A pesquisa limitou-se exclusivamente a compreender as variações cambiais ocorridas no período entre o dia 1º de março à 29 de abril de 2016, e os agentes influenciadores das citadas. Portanto, percebe-se a viabilidade do estudo em outras

áreas, dada a importância econômica do tema em questão. Como proposta para estudos futuros acerca deste tema, recomenda-se o estudo de um maior período de tempo, com o intento de verificar se os coeficientes que intervêm nas cotações em questão, permanecem os que foram discriminados no presente trabalho, e se não, visualizar possíveis meios, afim de equiparar as taxas cambiais ao longo de um maior espaço de tempo, com o objetivo de compreender os reais motivos que levam a essa instabilidade, descartando com isso prováveis agentes sazonais.

Conclui-se que o tema é de bastante relevância para profissionais de comércio exterior, bem como a sociedade brasileira na integra, já que se tem enfrentado um momento no qual as taxas cambiais estão cada vez mais altas, gerando com isso a necessidade de mantê-las estabilizadas, com o propósito de restituir uma crescente no âmbito das importações e na economia.

REFERÊNCIAS

- ALÉM, Ana Cláudia Duarte de. **Macroeconomia**: Teoria e Prática no Brasil. São Paulo: Elsevier, 2010.
- ANDRADE, Maria Margarida de; **Introdução à metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 2001.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL, Divisão de Balanço de Pagamentos. Disponível em: <http://www4.bcb.gov.br/pec/series/port/metadados/mg187p.htm>. Acesso em 02 de março de 2016.
- BARROS, Aidil Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos de metodologia científica**: um guia para a iniciação científica. São Paulo: Makron Books, 2000.
- BLANCHARD, Oliver. **Macroeconomia**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.
- BOAVENTURA, Edivaldo Machado. **Metodologia da pesquisa**: Monografia, Dissertação, Tese. São Paulo: Atlas, 2004.
- BYRNS, Ralph T.; STONE, Gerald W. **Microeconomia**. São Paulo: Makron Books, 1996.
- DORNBUSCH, Rudiger; FISCHER, Stanley; STARTZ, Richard. **Macroeconomia**. São Paulo: McGraw-Hill, 2009.
- GAROFALO FILHO, Emilio. **Câmbio: Princípios Básicos do Mercado Cambial**. São Paulo: Saraiva, 2005.
- GREMAUD, Amaury Patrick; BRAGA, Márcio Bobik; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de; TONETO JUNIOR, Rudinei. Macroeconomia básica: Agradados macroeconômicos. In: LOPES, Luiz Martins; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de. (Org.). **Manual de Macroeconomia**: Nível Básico e Nível Intermediário. São Paulo: Atlas, 2000.
- HERNÁNDEZ SAMPIERI, Roberto; FERNÁNDEZ COLLADO, Carlos; BAPTISTA LUCIO, Pilar. **Metodologia de pesquisa**. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.
- HILLBRECHT, Ronald. **Economia Monetária**. São Paulo: Atlas, 1999.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, Sistema de Contas Nacionais. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=48. Acesso em 10 de março de 2016.
- LOPES, João do Carmo; ROSSETTI, José Paschoal. **Economia Monetária**. São Paulo: Atlas, 2005.
- LUQUE, Carlos Antonio; SCHOR, Silvia Maria. Teoria macroeconômica: Evolução e situação atual. In: LOPES, Luiz Martins; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de. (Org.). **Manual de Macroeconomia**: Nível Básico e Nível Intermediário. São Paulo: Atlas, 2000.

MAIA, Jayme de Mariz: **Economia Internacional e Comércio Exterior**. São Paulo: Atlas, 2013.

MANKIW, N Gregory. **Introdução à Economia**: Princípios de Micro e Macroeconomia. Rio de Janeiro: Elsevier, 2001.

MARTINS, Rosilda Baron. **Metodologia científica**: como tornar mais agradável a elaboração de trabalhos acadêmicos. Curitiba, PR: Juruá, 2008.

PAULANI, Leda Maria; BRAGA, Márcio Bobik. **A Nova Contabilidade Social**. São Paulo: Saraiva, 2012.

PERIA, Milve Antonio. **Câmbio: Conhecimentos Gerais**. São Paulo: Aduaneiras, 1986.

PINHEIRO, Antonio F. Lima. **Elementos de Macroeconomia e Contabilidade Nacional**. São Paulo: Nobel, 1975.

RATTI, Bruno. **Comércio Internacional e Câmbio**. São Paulo: Aduaneiras, 2006.

ROSSETTI, José Paschoal. **Introdução à Economia**. São Paulo: Atlas, 2002.

SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO, Coordenação da Administração Financeira: Disponível em: https://www.fazenda.sp.gov.br/SigeoLei131/Paginas/ArquivosLC/LC_131_Receitas.pdf. Acesso em 08 de março de 2016.

SILVA, Walter Franco Lopes da. **Macroambiente e Cenários Econômicos**. Curitiba: IESDE, 2008.

STIGLITZ, Joseph E; WALSH, Carl E. **Introdução à Macroeconomia**. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987

TROSTER, Roberto Luis; MOCHÓN, Francisco. **Introdução à Economia**. São Paulo: Makron Books, 2002.

VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de. **Economia**: Micro e Macro. São Paulo: Atlas, 2002.

VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de; GARCIA, Manuel Enriquez. **Fundamentos de Economia**. São Paulo: Saraiva, 2004.

VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de; LOPES, Luiz Martins. **Manual de Macroeconomia**: Nível Básico e Nível Intermediário. São Paulo: Atlas, 2000.

VIEIRA, Aquiles. **Teoria e Prática Cambial**: Exportação e Importação. São Paulo: Lex, 2006.